

Mesa Temática: Los cambios en la base de sustentación económica y la estructura social del territorio.

REGIONALIZAÇÃO GEOECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DA REGIÃO GEOECONÔMICA

1

Meri Lourdes Bezzi

(Coordenadora, Prof^a. Dr^a. Depto. de Geociências-NERA/CCNE-Universidade Federal de Santa Maria/RS-Brasil/E-mail: meri@oslo.ccne.ufsm.br)

Helena Brum Netto

(Colaboradora, Mestranda em Geografia/UFSM – RS-Brasil/Bolsista CAPES. E-mail: southelen@bol.com.br)

Roberto Barboza Castanho

(Colaborador, Doutorando em Geografia/UFU – MG/Participante do NERA/UFSM-RS-Brasil/Bolsista CAPES/E-mail: robertocastanho1@hotmail.com)

Roberto Cassol

(Colaborador, Prof. Dr. Depto. de Geociências/CCNE/UFSM-RS-Brasil/Participante do NERA/E-mail: rcassol@smail.ufsm.br)

Bruno Freitas da Silva

(Colaborador, Mestrando em Geografia/UFSM–RS-Brasil. E-mail: bsf@mail.ufsm.br)

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul possui uma notável extensão territorial, produto de sua formação histórica, que o legitimou como unidade da Federação. Inserido na Macrorregião Sul, ocupa posição singular em relação ao Brasil, em consequência das suas características geográficas, posição estratégica, forma de povoamento, economia e o modo pelo qual se insere na história nacional.

Neste sentido, segundo Nir (1985) apud Bezzi (2002, p. 26), é importante destacar que:

... a identidade regional pode ser vista no relacionamento único entre os elementos culturais, econômico, políticos e sociais existentes nela (...) não são apenas os lugares que são únicos, pois também é única a combinação de lugar e tempo. Cada lugar é hoje o resultado do desenvolvimento histórico daquela localidade.

A região se configura, atualmente, como a materialização da complexa relação estabelecida entre sociedade e natureza. Portanto, reflete as similaridades e, ao mesmo tempo, as desigualdades impostas pelos distintos níveis de desenvolvimento socioeconômico. A questão regional permite entender o presente, materializado pelas formas predominantes e mais significativas para um determinado recorte espacial, bem

como, prever o futuro próximo deste espaço, uma vez que, o constante conflito entre o velho e o novo proporciona transformações, nas quais velhas formas se adaptam a novas funções.

Nesta perspectiva, este estudo tem sua origem vinculada às preocupações pertinentes à abordagem regional face ao processo de globalização, o qual impõe mudanças que se concretizam nos diversos recortes regionais que se estruturam no espaço. Diante dessa problemática, recortou-se o Rio Grande do Sul em sete regiões geoeconômicas, considerando os aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais para a análise da sua dinâmica espacial.

Dentre as regiões individualizadas, este artigo ressalta-se a *região geoeconômica 1* devido a sua extensão, englobando mais de 50% do território gaúcho e, também pelo fato desta apresentar importantes propostas de dinamização frente as demais regiões do Estado. A configuração histórica deste recorte espacial gaúcho se reflete nas atividades desenvolvidas na atualidade, alicerçadas na pecuária extensiva e no cultivo de arroz. Tais atividades econômicas permitiram a inserção desta região geoeconômica no contexto estadual, nacional e internacional, via MERCOSUL.

A produção pecuária teve sua origem no processo de povoamento e ocupação do Rio Grande do Sul, com a doação das sesmarias e a formação das estâncias para a criação do gado solto após a retirada dos jesuítas, constituindo a principal atividade econômica para esta porção do Estado até a inserção da atividade agrícola em meados do século XX. Tal situação, acarretou a primeira transformação econômica para a região geoeconômica 1, através do processo denominado despeculiarização espacial, onde o latifúndio pastoril cedeu áreas para a atividade agrícola, principalmente para as lavouras de arroz.

Entretanto, salienta-se que este processo não alterou a estrutura fundiária da região geoeconômica 1, uma vez que, a agricultura desenvolveu-se via arrendamento das terras. Através do “aluguel” de algumas porções da propriedade, agregou-se valor a terra, gerando outras formas de renda ao grande proprietário rural, que teve no arrendamento uma forma de manter a posse da terra e, torná-la mais produtiva. São velhas formas se adequando a novas funções para se manterem ativas no complexo e exigente sistema econômico vigente.

Posteriormente, este recorte espacial permitiu à inserção de outras atividades econômicas ligadas a produção primária, visando o seu desenvolvimento local/regional, através das lavouras de soja, milho e fumo. Além disso, há na atualidade, outros atores responsáveis pela dinâmica econômica da região geoeconômica 1, como a fruticultura e o florestamento.

Neste contexto, pode-se dizer que esta região geoeconômica apresenta importantes transformações no que se refere à esfera socioeconômica, principalmente por estar agregando valor a sua produção via diversificação das atividades desenvolvidas nesta base espacial. A região geoeconômica 1 encontra-se inserida, em sua totalidade, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, a qual apresenta problemas quanto ao seu desenvolvimento econômico em relação as demais porções do Estado.

Por conseguinte, ressalta-se a importância deste estudo como subsídios para destacar quais as áreas que se configuram como estagnadas, as áreas com perspectivas de desenvolvimento e, dessa forma propor alternativas de desenvolvimento que visem a minimizar as desigualdades. Além disso, salienta-se que esta pesquisa relacionou os aspectos físico-naturais aos aspectos socioeconômicos e culturais, objetivando uma análise sistêmica buscando proporcionar uma visão global no que se refere a sua configuração geoeconômica.

METODOLOGIA

A operacionalização dos dados para a realização desta pesquisa esteve, num primeiro momento, atrelado a um amplo levantamento bibliográfico, para estabelecer o referencial teórico, procurando aprofundar o marco teórico e metodológico da pesquisa, através de bibliografias específicas sobre a temática abordada. Neste sentido, utilizou-se de conceitos básicos como região e regionalização, desenvolvimento regional e organização do espaço. Além disso, resgatou-se questões relativas às bases físico-naturais do território gaúcho e ao processo de povoamento e ocupação do Rio Grande do Sul, o qual engloba a imigração e identidade cultural.

A regionalização do território gaúcho e, a conseqüente individualização da região geoeconômica 1 considerou a heterogeneidade espacial, ou seja, a presença desigual do capital no setor primário, o qual constitui a base da sua economia. O enfoque principal considerou fatores como a estrutura fundiária, áreas com potencial industrial representativo, áreas com disponibilidade e outras com falta de mão-de-obra, áreas com potencial turístico, áreas privilegiadas pela presença da malha viária, áreas com a presença de novas cadeias produtivas como a fruticultura e o florestamento, que buscam dinamizar, justamente, a Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde se localiza a região geoeconômica 1.

O laboratório de estudo desta pesquisa constituiu-se nos 496 municípios que compõe o Rio Grande do Sul, sendo que a região geoeconômica 1 compõe-se de 110 municípios. Para cada unidade territorial foram coletadas informações referentes às variáveis que se faziam presentes na mesma, sendo este o critério determinante para subsidiar o agrupamento dos municípios e, a posterior formação da região geoeconômica. Salienta-se que na escolha das variáveis que caracterizam o município, o critério estabelecido foi o de maior área plantada, sendo este, portanto, o elemento que levou a individualizar o recorte espacial.

Teve-se como variáveis selecionadas para a agricultura a área plantada (ha), quantidade produzida (toneladas) e o rendimento médio (kg/ha). No que se refere à pecuária considerou-se o maior número de cabeças por municípios de bovinos, suínos e aves. Além disso, procurou-se demonstrar, em cada região geoeconômica, as áreas com maiores e menores rendimentos médios para cada produto dominante. Isto

permitiu verificar que as unidades territoriais mais produtivas são aquelas que aliam as potencialidades físico-naturais ao investimento tecnológico.

Definidas as variáveis, delineou-se a parte prática da pesquisa. A investigação baseou-se em fontes primárias realizadas através do trabalho de campo (entrevistas) junto aos municípios, aferindo as variáveis referentes a temática em estudo. Paralelamente, utilizou-se de fontes secundárias através de dados estatísticos fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2003/2004/2005, Secretaria de Planejamento dos Municípios, Secretaria de Agricultura dos Municípios, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e demais órgãos estaduais e municipais.

A partir desses dados estruturou-se um banco de dados referente aos principais produtos primários que alicerçam a economia do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, da região geoeconômica 1. Ressalta-se que os dados coletados foram tabulados em planilhas previamente elaboradas no software Word, possibilitando posteriormente, sua inserção no software Arc View GIS 3.2a. Este possibilitou agregar os dados que foram a base para as etapas de análise, interpretação e espacialização dos mesmos. Paralelamente, foram sendo gerados os recortes espaciais para a formação das regiões geoeconômicas gaúchas.

Considerando a regionalização proposta realizou-se a interpretação e análise das regiões geoeconômicas individualizadas. Cada região foi interpretada e analisada através de uma visão sistêmica, a qual procurou inter-relacionar os aspectos físico-naturais, socioeconômicos, políticos e culturais. Esta interação subsidiou a releitura do espaço gaúcho, demonstrando que a dinâmica territorial tem no capital seu principal agente econômico transformador.

RESULTADOS

Para estabelecer o recorte espacial da região geoeconômica 1, considerou-se os principais produtos agropecuários responsáveis pela sua dinâmica econômica. Desta forma, o setor primário está representado, na agricultura, pelo arroz e, na pecuária, pelos bovinos. Estes se desenvolvem em médias e grandes propriedades, ressaltando o processo histórico de ocupação e povoamento do Estado, no qual a Metade Sul constituiu-se no marco inicial da pecuária via estâncias. (Figura 1 e Quadro 1).

Salienta-se, também, que o arroz teve sua inserção marcada pelo processo de despecuarização espacial, ou seja, a cedência de terras por parte do latifúndio, à agricultura, ocorrido a partir da penetração da lavoura empresarial em áreas economicamente exploradas somente com a atividade pastoril, em meados do século XX. Desta forma, o arroz, caracteriza-se como a primeira lavoura capitalista no estado gaúcho, começando a

se desenvolver, nesta região, a partir de 1920. Esta cultura apresentou, no decorrer do tempo, crescimento expressivo tanto em área como em produtividade.

É importante destacar que, principalmente, a partir da década de 70/80, mediante o processo de modernização da agricultura, ocorre à inserção da cultura da soja, nesta região, com características de lavoura empresarial desenvolvida mediante facilidades de políticas de financiamento. Sua expansão foi bastante significativa em área plantada. Entretanto assiste-se uma retração desta cultura a partir da década de 90. No entanto, através da soja transgênica este produto tem, novamente, se expandido em área e produtividade na região.

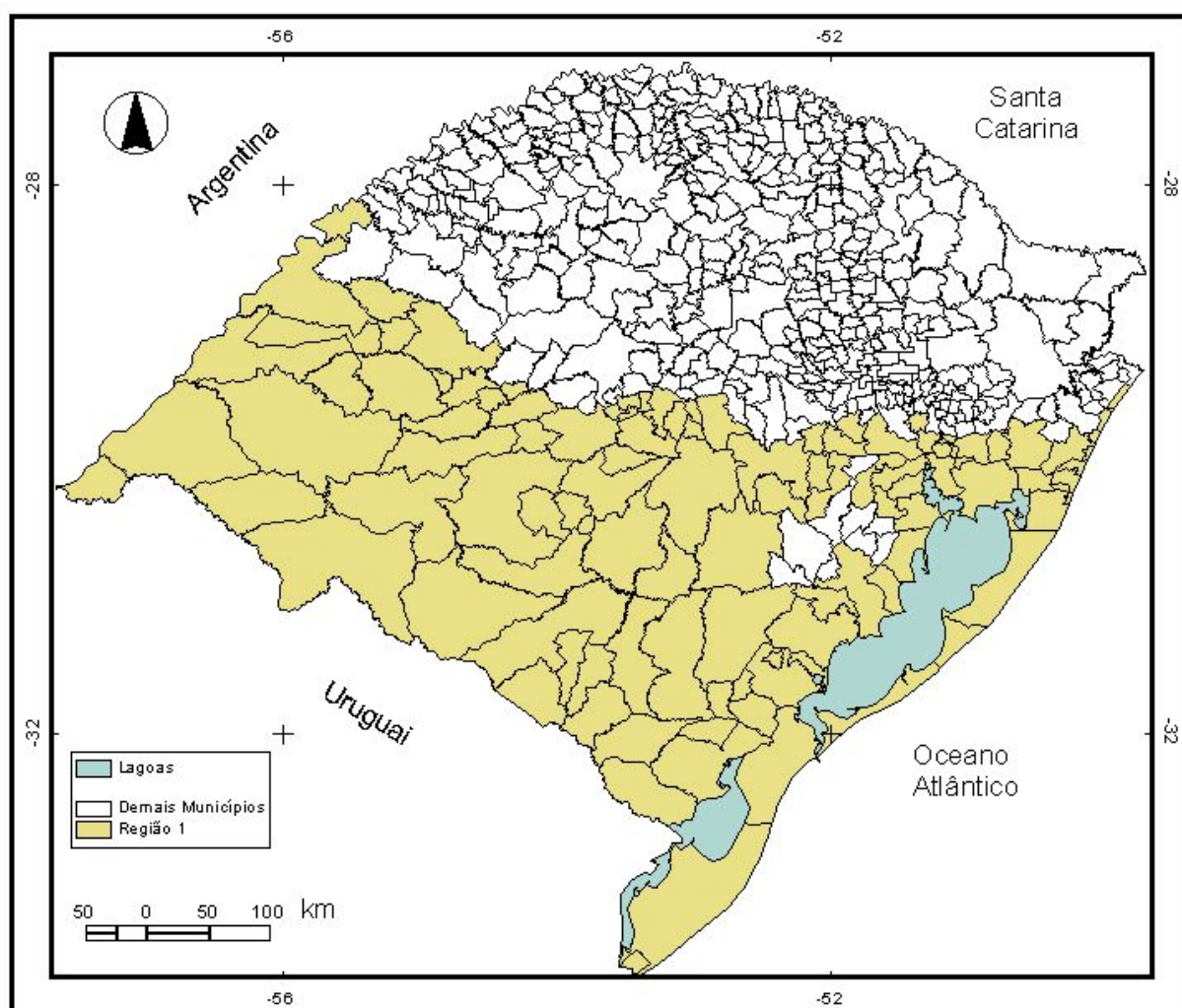


Figura 2: Região Geoeconômica 1 – Arroz e Pecuária.

Fonte: Elaboração a partir do software ArcView 3.2a.

Org.: Equipe técnica – NERA/2005.

A região geoeconômica 1 compreende cento e dez municípios do Rio grande do Sul, e apresenta-se dividida em três sub-região geoeconômica A, B e C, respectivamente. Tal subdivisão fez-se necessária,

uma vez que, paralelamente, à cultura do arroz e à atividade pecuária, que caracterizam economicamente esta região, inserem-se culturas temporárias como a soja, o fumo e o milho, com expressiva área plantada e quantidade produzida. Estas sub-regiões também podem ser entendidas como regiões de transição, para outras regiões geoeconômicas.

As regiões de transição foram denominadas considerando que apesar de ter sua base econômica ligada aos produtos tradicionais que caracterizam historicamente a região, algumas unidades territoriais apresentam a inserção de produtos os quais se identificam como arranjos econômicos que dinamizados por cadeias produtivas recente procuram inserir perspectivas à região geoeconômica.

Pode-se dizer que as culturas da soja, do fumo e do milho, em expansão gradativa nesta região geoeconômica e, conseqüentemente, responsáveis pela formação das sub-regiões A, B e C, desenvolvem-se, principalmente nas pequenas propriedades (fumo e milho) e médias propriedades (soja). Estas foram, no decorrer do tempo, se estabelecendo devido à partição da terra por heranças, vendas ou recentemente, através de invasões e pressões do MST os quais deram origem aos assentamentos que são significativos em vários municípios que compõem esta região geoeconômica.

Região geoeconômica	Sub-região	Produtos	Unidades Territoriais
1	-	pecuária arroz Matriz Tradicional	Uruguaiana, Barra do Quaraí, Quaraí, Santana do Livramento, Bagé, Aceguá, Hulha Negra, Candiota, Pedras Altas, Pinheiro Machado, Herval, Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão, Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Chuí, Tavares, Mostardas, Palmares do Sul, Balneário Pinhal, Cidreira, Tramandaí, Imbé, Xangrilá, Capão da Canoa, Arroio do Sal, Capivari do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Viamão, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul, Capela de Santana, Formigueiro, Restinga Seca, São João do Polêsine, Dona Francisca, Agudo, Faxinal do Soturno, Silveira Martins, Dilermando de Aguiar, São Pedro do Sul, Toropi, Mata, Guaíba, Barra do Ribeiro, Tapes, Arambaré, Pântano Grande, Minas do Leão, Butiá, Porto Alegre.

	1A	pecuária arroz soja	Cachoeira do Sul, Santana da Boa Vista, Caçapava do Sul, São Sepé, Vila Nova do Sul, Lavras do Sul, Dom Pedrito, Santa Margarida do Sul, São Gabriel, Rosário do Sul, Santa Maria, São Vicente do Sul, Cacequi, Alegrete, Itaqui, Manoel Viana, São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul, Santiago, Unistalda, Itacurubi, São Borja, Garruchos, Maçambará.
	1B	pecuária arroz fumo	Paraíso do Sul, Novo Cabrais, Cerro Branco, Candelária, Rio Pardo
	1C	pecuária arroz milho	Vale Verde, Taquari, General Câmara, Triunfo, Charqueadas, Arroios dos Ratos, Encruzilhada do Sul, Mariana Pimentel, Camaquã, Cristal, São Lourenço do Sul, Canguçu, Piratini, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, Arroio do Padre, Turuçu, São Lourenço do Sul.

Quadro 1: Região Geoeconômica 1 e suas unidades territoriais

Fonte: IBGE, 2005

Org.: Equipe técnica-NERA/2005.

Neste contexto, enfatiza-se que apesar do avanço destas culturas, o binômio arroz-pecuária, ainda mantém-se como a principal atividade econômica e assegura o caráter concentrador da terra, permanecendo, portanto, a identidade cultural a qual se assenta no peso da tradição histórica caracterizada pela presença do gaúcho típico, ligado a atividade pecuarista.

Desta forma, é importante realizar um resgate histórico da pecuária, pois esta atividade econômica constituiu-se na base do setor primário desta região, apresentando-se como atividade econômica expressiva na

atualidade. Entretanto, em virtude das dinâmicas espaciais ocorridas para atender a demanda de mercado, novos atores econômicos são introduzidos para viabilizar, ou ao menos procurar proporcionar o desenvolvimento local/regional, introduzindo novos arranjos espaciais.

Pode-se dizer então, que a pecuária, se caracterizou como a primeira cadeia produtiva da região geoeconômica 1. Originou-se nos aspectos históricos de ocupação e povoamento do Estado gaúcho, o qual privilegiou a atividade pastoril via estâncias, que garantiram a posse da terra. Constituiu-se na primeira área ocupada no Rio Grande do Sul, aproveitando-se do rebanho bovino disperso nos campos gaúchos, oriundos da atividade pastoril desenvolvida, inicialmente, pelos padres jesuítas. Dessa forma, justifica-se ser esta a primeira atividade desenvolvida nesta porção do Estado, uma vez que as potencialidades naturais permitiram que a mesma tivesse condições para se expandir. Tal fato se consolidou via latifúndios pastoris, com atividade pecuária, na sua maior parte extensiva, que passaram a dinamizar esta região.

Através da cadeia produtiva da pecuária foram possíveis arranjos produtivos os quais se dinamizaram através de três rearranjos econômicos cíclicos: couramas, charqueadas e frigoríficos.

O primeiro grande ciclo da pecuária, a courama, caracteriza-se por uma primitiva relação de trabalho e produção do setor primário do estado gaúcho, pois esta atividade assentava-se, basicamente, no apresamento primitivo do gado para a retirada do couro. Este era enviado principalmente para o centro do país.

A charqueada constituiu-se no segundo ciclo pastoril e, permitiu novas frentes e perspectivas econômicas para a pecuária tradicional, apresentando uma produção sistemática e significativa de charque, o qual visava abastecer tanto o mercado interno, quanto o externo. A instalação da primeira charqueada em território gaúcho marca a industrialização do charque e inicia um constante processo de acumulação de capital, a partir do crescente número de estabelecimentos saladeiris que se fixaram no Estado, decorrentes da distribuição de sesmarias e do prestígio assumido pelo charque na economia sulina. (RODRIGUES, 2005).

Nesta linha de pensamento, Viera e Rangel (1993, p. 24) destaca que as charqueadas representaram uma outra forma de organização do sistema produtivo, pois: “No final do século XIII a produção de carne salgada adquiriu novas formas, criando um estabelecimento capaz de gerar riqueza, acumulação de capital, relações de trabalho diferenciadas, distinção de classes e opulência de poder...”.

A terceira fase da pecuária ocorre a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de maior consumo de carne e o crescimento das áreas urbanas brasileiras ocasionou, no estado gaúcho, a modificação do ritmo de vida e de toda a economia baseada na pecuária. Esta se concretizou na instalação e expansão do frigorífico que, por sua vez, impôs um novo ritmo de trabalho à pecuária. O frigorífico causa transformação profunda nas estâncias, não apenas do ponto de vista técnico, como também da própria organização social. (BEZZI, 1986)

A inserção da indústria frigorífica estrangeira abriu novas oportunidades para a pecuária rio-grandense. Os frigoríficos que se instalaram, principalmente, em Rio Grande (Swift) e em Santana do Livramento

(Armour). Posteriormente, outras unidades foram instaladas no Estado, mais precisamente em Rosário e Pelotas. (RODRIGUES, 2005).

Através desses ciclos, a pecuária desenvolveu-se, nesta região, consolidando-se como a principal atividade econômica, desde o início de sua ocupação até a atualidade, originando a tradição pastoril do Rio Grande do Sul. Na atualidade tem-se a presença da pecuária extensiva dividindo espaço com a pecuária intensiva. Esta é representada pelas cabanhas, as quais identificam, na região, a presença de uma pecuária desenvolvida com alta tecnologia, manejo e técnicas avançadas visando o mercado nacional e internacional.

Tal situação originou a sociedade rio-grandense, dividida em duas classes sociais bem distintas: os charqueadores, detentores do capital, da posse da terra e, portanto do poder político, e os trabalhadores em geral, livres ou escravos, ligados a prestação de serviço para os estancieiros, no campo ou na cidade. A estrutura sócio-econômica no Rio grande do Sul, neste momento, estava voltada para atividade pecuarista, até então responsável pela organização do seu espaço produtivo.

Esta situação permaneceu até o início do processo colonizador, o qual marcou a inserção de novas dinâmicas econômicas no Estado, mediante atividades agrícolas. Por conseguinte, infere-se que esta região geoeconômica foi responsável, durante longo período de tempo pela produção econômica do Rio Grande do Sul, via atividade pecuarista.

Destaca-se que, os resquícios de tal atividade ainda se fazem presentes na atualidade, pois a criação de gado na região constitui-se em um dos seus alicerces econômicos. Tanto que, hoje concentra a maior parcela do rebanho bovino gaúcho. O efetivo do rebanho bovino prevalece nesta região, apresentando uma média de 95.698 cabeças/município. (IBGE, 2005). Tal fato justifica a importância da pecuária, pois permanece como importante atividade econômica desta região, mesmo diante das crises que este segmento produtivo tem enfrentado com o decorrer do tempo.

Os maiores rebanhos bovinos da região geoeconômica 1 encontram-se nos municípios de Barra do Quaraí (651.000 cabeças), Santana do Livramento (590.500 cabeças), Alegrete (589.000 cabeças), Dom Pedrito (433.800 cabeças), São Gabriel (416.600 cabeças), Rosário do Sul (382.900 cabeças), Uruguaiana (3798.00 cabeças), Bagé (318.100 cabeças), Lavras do Sul (295.700 cabeças), Quaraí (267.000 cabeças) e Caçapava do Sul (230.300 cabeças). (IBGE, 2005). Estas unidades territoriais localizam-se na porção oeste da região geoeconômica 1 e, em sua maioria, constituem as Microrregiões Geográficas das Campanha Ocidental, Central e Meridional, tradicional área da pecuária rio-grandense, desde a inserção desta atividade no Estado.

Contrapondo em números e também em localização geográfica, os municípios que comportam os menores rebanhos bovinos situam-se no extremo leste desta região, com destaque para: Cidreira (3.300 cabeças), Tramandaí (3.100 cabeças), Tapes (2.900 cabeças), Xangrilá (2.500 cabeças), Alvorada (1.800 cabeças), Sapucaia do Sul (1.280 cabeças), Canoas (1.000 cabeças), Cachoeirinha (563 cabeças), Imbé (300 cabeças) e Esteio (189 cabeças). (IBGE, 2005). E, constituem, em sua maioria, municípios litorâneos, onde a

presença da atividade turística é bastante significativa no período de veraneio e, municípios da região metropolitana de Porto Alegre, essencialmente urbanizados e com menor expressividade da atividade agropecuária, prevalecendo, assim, atividades industriais e de prestação de serviços.

A criação de suínos na região 1, embora não seja tão significativa como nas regiões geoeconômicas 3 e 4, apresenta uma média de 4.730 cabeças/município. (IBGE, 2005). Ressalta-se que os maiores rebanhos suínos da região encontram-se nos municípios de Itaqui (65.400 cabeças), Pelotas (28.800 cabeças), Canguçu (28.000 cabeças), Viamão (24.000 cabeças), São Lourenço do Sul (19.100 cabeças), Agudo (18.000 cabeças) e Candelária (16.900 cabeças). (IBGE, 2005). Neste sentido, percebe-se que a criação de suínos é significativa na porção sudeste da região 1, formando uma “ilha produtiva” em algumas unidades territoriais, como Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul, com potencial para se tornar um pólo produtivo, via suinocultura.

Justifica-se tal afirmação pela disponibilidade de terras nesta área, bastando apenas interesse e investimento para esta atividade criatória, uma vez que seu manejo não requer muita mão-de-obra e o retorno financeiro é relativamente rápido se comparado à criação de bovinos.

Além disso, a suinocultura representa outra alternativa de desenvolvimento para esta região, através da diversificação da produção pecuária. Sendo que, não é necessário ceder grandes extensões de terra para esta atividade, pois os melhores resultados (para corte) são obtidos via confinamento. Desse modo, é perfeitamente possível conciliar a criação de suínos com a de bovinos e as lavouras temporárias, já consagradas na região geoeconômica 1.

No extremo leste desta região, na porção litorânea, situam-se os municípios que compreendem os menores rebanhos suínos: Imbé (60 cabeças), Xangrilá (72 cabeças), Capão da Canoa (90 cabeças), Balneário Pinhal (140 cabeças), Cidreira (160 cabeças), esteio (180 cabeças), e Cachoeirinha (220 cabeças). (IBGE, 2005).

Estas unidades territoriais coincidem espacialmente, em sua maioria, com àquelas que contêm os maiores rebanhos bovinos e, da mesma forma, justifica-se, tal situação à relevância da atividade turística nesta porção do espaço rio-grandense.

No que se refere à criação de aves, a região geoeconômica 1, apresenta uma média de 53.612 cabeças/município, considerada baixa se comparada as regiões 2, 3, 4 e 7, onde esta atividade é bastante expressiva. Tendo em vista que a bovinocultura desenvolveu-se e evoluiu nesta região em detrimento das outras atividades pecuárias, a criação de aves teve um caráter de subsistência nas propriedades rurais, não se caracterizando como tradicional.

As unidades territoriais que contêm as maiores criações de aves são: Viamão (568.000 cabeças), Taquari (478.500 cabeças), Pelotas (307.500 cabeças), Canguçu (285.000 cabeças), Novo Cabrais (218.600 cabeças), Porto Alegre (2050.00 cabeças) e Encruzilhada do Sul (205.000 cabeças). (IBGE, 2005).

Diante da expressividade do número de cabeças existentes nestes municípios, esta atividade já é bastante significativa para as suas economias. Salienta-se que, os municípios mais representativos da avicultura nesta região situam-se na porção sudeste, portanto, próximos às regiões 2 e 3, onde esta atividade desenvolve-se desde o início do processo colonizador do Estado, justificando sua presença mais efetiva, pois constitui-se numa área de transição.

No entanto, alguns municípios litorâneos, como Xangrilá, Imbé e Cidreira e, também da região metropolitana, como Esteio, Cachoeirinha e Sapucaia do Sul, apresentam os maiores contingentes para a criação de aves na região geoeconômica 1.

Neste contexto, estes dados demonstram a importância da criação de bovinos neste recorte espacial do Estado gaúcho, pois predominam em número, principalmente na Campanha, afirmando sua representatividade para a economia rio-grandense. Porém, as demais atividades criatórias (suínos e aves), embora apresentem menor expressividade, proporcionam um retorno financeiro mais rápido, constitui-se em alternativas para agregar valor a produção regional, diversificando-a.

Ressalta-se também que, paralelamente a atividade pecuarista, a partir de 1920, origina-se uma nova configuração espacial, através da inserção da lavoura orizícola nesta região. Surge desta forma, uma sociedade dual, ou seja, pecuaristas versus agricultores. (FEE, 1978).

A rizicultura se desenvolveu no Estado em virtude da presença de mercados favoráveis e de incentivos através de políticas governamentais. Esta atividade econômica, no Rio Grande do Sul, destinou-se, basicamente, ao mercado interno, pois, ao contrário dos demais estados brasileiros, o estado gaúcho inseriu-se no cenário econômico nacional através da produção de alimentos. Neste contexto, esta atividade teve impulso através do crescimento do mercado consumidor de alimentos nos centros urbanos e, pelo desenvolvimento de uma política tarifária sobre as importações do arroz estrangeiro, estabelecendo uma proteção econômica à rizicultura gaúcha.

Salienta-se que, na produção de arroz da Região Geoeconômica 1, observa-se um alto grau de mecanização, uma vez que, os produtores não economizam nas práticas que fornecem resultados satisfatórios, a fim de obter elevados índices de produtividade, sendo que esta varia de acordo com as condições naturais desta região. Assim, tem-se áreas onde o arroz apresenta altos índices de produtividade, como nos municípios de Dona Francisca (7.515 Kg/ha), Agudo (6.967 Kg/ha) e São João do Polêsine (7.000 Kg/ha), devido a sua localização em áreas do Rebordo e Planalto da Bacia do Paraná.

As lavouras localizadas nestes compartimentos são favorecidas pela fertilidade natural dos solos, derivados do basalto, influenciando no progresso e no bem estar da população residente.

Salienta-se também que, algumas unidades territoriais desta região, por situarem-se na Depressão Central do Rio Grande do Sul caracterizada com a presença de solos derivados de sedimentos aluviais planossolo (áreas mais baixas), onde o relevo permite excesso de água permanente ou temporário,

apresentando algumas limitações para uso agrícola. Estas limitações referem-se, basicamente, a sua deficiente drenagem e, conseqüente excesso de umidade. No entanto, configuram-se como solos adequados ao cultivo de arroz irrigado.

Entretanto, municípios como Rio Grande (4.600 Kg/ha), São José do Norte (4.600/Kg/ha), Dom Feliciano (4.766 Kg/ha), Pinheiro Machado (4680 Kg/ha) e Alegrete (5.225/ Kg/ha), apresentam menor produtividade devido, principalmente, aos limitantes ligados as potencialidades naturais, por situarem-se no Escudo Sul-Rio-grandense e na Planície Litorânea.

Embora a economia desta região geoeconômica esteja alicerçada em cadeias produtivas tradicionais- arroz e pecuária, novos investimentos estão sendo realizados nesta porção do Estado, visando à dinamização deste espaço produtivo. Desse modo, destaca-se a fruticultura, que surge como uma cadeia produtiva recente e em expansão gradativa, baseada principalmente, nos produtos cítricos (laranja e tangerina), uva, pêssgo e figo.

A cultura da uva se faz presente em Santana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana, Itaqui e Rosário do Sul, com uma área plantada de 856 hectares. Já, nos municípios de Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Pinheiro Machado, Hulha Negra, Caçapava do Sul e Lavras do Sul, esta inserção é maior abrangendo uma área de 1,89 mil hectares. (EMBRAPA, 2005).

Infere-se que mantido este crescimento, esta área poderá consolidar-se como um pólo de produção da uva, voltada para a fabricação de vinhos, sucos e para o consumo in natura. Esta tendência à vitivinicultura acompanha um processo de expansão da produção da uva tanto no Rio Grande do Sul quanto em outros estados brasileiros, como: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Vale do São Francisco.

Há de se considerar também, que a presença da vitivinicultura em áreas de pecuária tradicional demonstra a inserção de um cultivo sem peso da tradição colonial como a que ocorreu na serra gaúcha. Desta forma, evitam-se os vícios de uma produção arraigada nos costumes impostos pela tradição. Nestas novas áreas ocorre o contrário, ou seja, a mesma se assenta em tecnologias avançadas, manejo e matéria-prima e, busca mudar o perfil de produção desta região, apresentando-se como uma nova estratégia econômica em busca da dinâmica em uma área com problemas de desenvolvimento e de pontecialidades naturais.

Este investimento é resultante da união de forças do poder público com a iniciativa privada com intuito de dinamizar a Metade Sul do Estado. Desse modo, com menos de uma década de existência, o Comitê de Fruticultura da Metade Sul abrange 92 dos 102 municípios da região. Em 1997, ano em que se iniciou o projeto eram apenas cinco municípios, em 2005 a geração de emprego é de aproximadamente 20.000. (ZERO HORA, 2005).

A penetração desta atividade econômica deu-se, principalmente, devido aos recursos financeiros disponibilizados através do Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA/RS), que visa incentivar o desenvolvimento da fruticultura no Estado, diversificando a produção econômica.

Tem-se como uma das metas do PROFRUTA reverter o processo de importação de frutas, principalmente cítricos e a recuperação produtiva, através de novos pólos com destaque para a Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No que se refere à citricultura, a região 1, destaca-se, na produção de laranja e tangerina. A laranja predomina em área plantada em todas as unidades territoriais deste recorte espacial, sendo que a tangerina aparece associada a esta, porém com menores áreas destinadas à sua produção. Destacam-se como grandes produtores de laranja nesta região os municípios de Alegrete, São Borja, São Gabriel, Santiago e Lavras do Sul, Taquari, Triunfo, General Câmara, Charqueadas, Arroio dos Ratos, Encruzilhada do Sul, São Lourenço do Sul, Canguçu, Turuçu e Arroio do Padre.. No que se refere à tangerina, os principais municípios produtores são: Santiago, Quaraí, São Francisco de Assis, Alegrete, Caçapava do Sul, Lavras do Sul e São Sepé, Vale Verde, Taquari, General Câmara, Triunfo, Charqueadas, Arroio dos Ratos, Camaquã e Canguçu.. (IBGE, 2005).

Pode-se destacar que, em 1996 o Brasil importava cerca de US\$ 300.000/ano em frutas de clima temperado, exatamente as ideais para serem plantadas no sul do Estado, pois esta porção do Rio Grande do Sul dispõe de um fotoperíodo adequado, principalmente no verão, onde cada dia chega a ter até 14 horas de insolação. Assim, a luminosidade torna-se fator essencial e garante a qualidade da produção de frutas.¹

Ressalta-se que, a fruticultura é desenvolvida em pequenas e médias unidades produtivas, representando uma possibilidade e/ou alternativa para o seu desenvolvimento econômico. Portanto, concorre com as grandes propriedades que mantêm o caráter concentrador da terra, bem como a pecuária extensiva e a agricultura empresarial, através do arroz e da soja. No máximo, se associa a estas cadeias produtivas mais tradicionais.

Além disso, destaca-se que esta atividade gera renda e estimula emprego no campo, diversificando as perspectivas para os trabalhadores rurais, na medida em que origina novas frentes de trabalho, além daquelas já existentes com o arroz e a pecuária.

As culturas do pêssego e do figo são cultivadas, pontualmente, na região 1, onde destacam-se os municípios de Santiago, Alegrete, Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Dom Pedrito e Caçapava do Sul, Vale Verde, Triunfo, Charqueadas, Arroio dos Ratos, Turuçu, Arroio do Padre, Pelotas, Morro Redondo e Cerrito. Salienta-se que, estas culturas ainda não apresentam grandes áreas destinadas à sua produção se comparadas à laranja e a uva.

¹ Estes dados foram obtidos via entrevista do Coordenador do PROFRUTA, Afonso Hamm e do pesquisador da EMBRAPA-Clima Temperado, Flávio Herter ao Jornal Zero Hora (22/10/2005).

Embora o incentivo à fruticultura tenha aumentado, principalmente, com o auxílio do PROFRUTA, a quantidade produzida no sul do Estado ainda não atinge o volume para exportação. Desse modo, a produção tem como destino o consumo interno, privilegiando a indústria conserveira, supermercados e feiras da região e, em alguns casos têm como destino a Capital gaúcha e também, o estado de São Paulo. Há também, unidades de processamento de frutas (packing house), instaladas em Bagé, Santana do Livramento, Encruzilhada do Sul e Tucuruí. (ZERO HORA, 2005).

Tem-se como um dos principais problemas relativos à fruticultura na região a deficiência na malha viária, fator essencial para o escoamento da produção. Desta forma, fazem-se necessários investimentos no setor de transportes através da recuperação das estradas que interligam os municípios produtores aos centros de comercialização. Paralelamente, a busca de capital e incentivo para as agroindústrias devem ser considerados como fatores determinantes para o real dinamismo dessa região.

Dentre as frutas que mais apresentaram crescimento no ano de 2005, destacam-se a uva e a laranja, com incremento de 2.156 ha e 1.328 ha, respectivamente. Sendo que, para 2005 o PROFRUTA tem como meta aumentar em 5.000 ha a área destinada às frutíferas, intensificar as orientações com relação à produção de mudas e, definir novas opções de mercados para as frutas gaúchas. (A PLATÉIA, 2005).

Neste contexto, a fruticultura já se constitui como uma realidade para a região 1, proporcionando novas frentes de trabalho e geração de renda para o produtor rural, distinta daquela oriunda da matriz tradicional, o arroz e pecuária.

De acordo com o Comitê de Fruticultura da Metade Sul, o Rio Grande do Sul tem uma área plantada de 119.000 ha destinada à fruticultura, sendo que a Metade Sul destinou 30.118,04 ha, correspondendo a 23,3% da área destinada às frutíferas no Estado, produzindo 346,966 toneladas, 21,68% da produção gaúcha e, gerando 20000 empregos.

Salienta-se que a extensão e a dinâmica espacial da região geoeconômica 1 demonstram uma diversidade econômica que, ora originam setores, ora apenas agrega atividades complementares e mesmo temporárias. Neste sentido, as unidades territoriais que compreendem a porção litorânea desta região, além da atividade agropecuária, assentada na pecuária e nas lavouras de arroz, têm no período de veraneio, importante contribuição da atividade turística.

Mesmo tendo características pouco favoráveis se comparado a outros estados brasileiros, o litoral gaúcho, menos quente, essencialmente plano e com poucos recortes, tem no verão intensa atividade socioeconômica, quando turistas gaúchos e de outros países do Mercosul, migram para as praias em busca de lazer.

Na atualidade, a população destes municípios tem expansão significativa, muitas vezes duplicando ou mesmo triplicando sua população. Sendo que esse acréscimo não se refere somente a população, pois a geração de renda para o comércio e serviços locais também aumenta significativamente.

Portanto, na busca da compreensão da organização do espaço da região geoeconômica 1, deve-se considerar todas as atividades que se desenvolvem sobre essa base espacial, a fim de obter a dimensão e a complexidade desta estrutura nas esferas física, socioeconômica e cultural do Rio grande do Sul.

Entretanto, em vista da inserção de outros produtos agrícolas no setor primário da Região Geoeconômica 1, decorrentes da dinâmica socioeconômica sobre o espaço e também para atender as demandas de mercado, fez-se necessário novos recortes espaciais dentro desta região. Assim, foram estabelecidas três sub-regiões, que ressaltam esta dinâmica, sendo essas:

Sub-região A –Pecuária, arroz e soja;

Sub-região B – Pecuária, arroz e fumo;

Sub-região C – Pecuária, arroz e milho;

Destaca-se que essas sub-regiões mantêm as atividades produtivas tradicionais ao mesmo tempo em que permitiram a inserção de novos produtos, diversificando as suas economias na busca de outros caminhos que viabilizem o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que as compõe. Além disso, demonstram que o espaço é dinâmico e, que os limites regionais não devem ser rígidos, uma vez que o binômio capital-sociedade está em constante busca de aperfeiçoamento e desenvolvimento, tornando os recortes regionais instáveis no que se refere a sua delimitação.

Neste contexto, a região geoeconômica 1 apresenta distintas formas de organização do seu espaço produtivo, ainda com presença marcante da pecuária extensiva, atividade responsável pela sua caracterização, mas que, na busca de inserção num mercado mais competitivo tem permitido a coexistência da pecuária com a agricultura. Esta é uma atividade que se faz, cada vez mais presente, neste recorte espacial gaúcho, como forma de aproveitar racionalmente o espaço, ocupando-o efetivamente e dotando-o de uma função socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região geoeconômica 1, individualizou-se em função da pecuária bovina (corte) e da lavoura de arroz, estas compõem a matriz produtiva tradicional. Constitui-se na maior região em extensão territorial e, na segunda maior em número de municípios. Esta região teve sua origem atrelada ao processo de ocupação e povoamento do Rio Grande do Sul, baseada na doação de sesmarias, as quais são a gênese dos latifúndios pastoris do Estado.

A estrutura fundiária deste recorte espacial permanece, ainda, baseada em grandes propriedades, como resquícios do passado estancieiro e charqueador, embora as pressões exercidas pelos movimentos sociais de luta pela terra pressionem esta concentração. Tal situação, reflete-se no tamanho dos municípios que

compõem esta região geoeconômica, com grandes extensões de campos, contrapondo-se as unidades territoriais localizadas, principalmente, na porção norte do Estado e, representadas pelas regiões coloniais, oriundas dos minifúndios agrícolas do processo imigratório que colonizou o Rio Grande do Sul.

A economia desta região, embora baseada na matriz tradicional (pecuária e arroz) teve a inserção de outros produtos agrícolas, como a soja, o fumo e o milho, os quais permitiram individualizar as três sub-regiões geoeconômicas: 1A, 1B, e 1C, respectivamente.

Tal situação atesta à dinâmica deste recorte espacial, que tenta aliar a tradição pecuarista às novas demandas do mercado, procurando, capitalizar sua produção e, ao mesmo tempo, evitar sua estagnação.

Salienta-se que a inserção dessas culturas não trouxe mudanças na estrutura fundiária, uma vez que, as mesmas, desenvolveram-se, principalmente, através do arrendamento da terra, ou seja, via processo de despecuarização espacial. Portanto, permanece o monopólio da terra, que procura outras formas de resistência ao tempo, procurando justificar sua funcionalidade, principalmente, tendo em vista que as pressões, oriundas dos movimentos sociais de luta pela terra, tem se acentuado na atualidade. Mantêm a forma, mas altera-se a função, visando justificar sua manutenção diante das exigências impostas pela dinâmica do capital, que recorta o território gaúcho.

Tendo em vista a organização do espaço produtivo do Estado gaúcho, adaptou-se a proposta de regionalização de Bacelar (1997), a qual individualiza três tipos de regiões: (a) as regiões dinâmicas e competitivas; (b) as regiões em processo de reorganização econômica e, (c) as regiões com potencial pouco utilizado.

Considerando, esta classificação, a região geoeconômica 1 com suas respectivas sub-regiões 1A, 1B e 1C foram agrupadas como região em processo de reestruturação econômica, pois recentemente, novas dinâmicas tem se inserido neste recorte espacial, via fruticultura e florestamento aliadas a matriz tradicional, buscando o desenvolvimento desta região geoeconômica.

Diante da atual configuração do espaço rio-grandense, procurou-se classificar as sete regiões geoeconômicas estabelecidas em três categorias quanto as suas potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico. Obviamente, a dinâmica do espaço aliada as particularidades locais, não permite que este desenvolvimento seja homogêneo e compreenda todo seu contexto regional, o que Santos denomina de rugosidades do espaço.

No entanto, o homem, enquanto agente transformador deste espaço procura minimizar as diferenças, sempre na busca do desenvolvimento regional. As particularidades culturais que compõe cada grupo social tornam-os singulares em relação aos demais, bem como as suas manifestações em relação a sua base espacial.

Neste sentido, ao se analisar o espaço, deve-se considerar os agentes que o transformam, em todos os aspectos responsáveis por suas atitudes e, que conseqüentemente, se materializam no espaço.

Pode-se dizer então que, o Rio Grande do Sul teve suas bases históricas atreladas aos distintos processos de ocupação, povoamento e colonização, os quais são responsáveis diretos pela organização do seu espaço produtivo e, em consequência, pelo seu desenvolvimento econômico.

Os níveis de desenvolvimento atuais nada mais são do que respostas ao processo de desenvolvimento pelo qual o Estado gaúcho tem passado no decorrer do tempo e, que resultaram nas sete regiões geoeconômicas individualizadas nesta proposta de regionalização.

BIBLIOGRAFIA

BACELAR, T. **Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?** In: Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 73 – 91.

BEZZI, M.L. **Região: Uma (re)visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas.** Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências, Rio Claro, UNESP, 1996. 377p. (Tese de Doutorado), IGCE/UNESP.

_____. **Região: Uma (re)visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

BRUM NETO, H. **O processo de ocupação étnico-cultural e sua influência na organização do espaço geográfico da Microrregião Geográfica de Restinga Seca-RS.** 91 f. Trabalho de Graduação (Geografia-Licenciatura) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

CORRÊA, R. L. **Região: a tradição Geográfica.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995. 11p. (Inédito)

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio claro, 10 (20): 5-32, 1980.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Notícias.** Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha.** Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Municípios.** Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/municipios>>. Acesso em: 02-20 out. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em: 02-20 out. 2005.

_____. **Geociências.** 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/geociencias>>. Acesso em: 15 set. 2005.

MOURA, L. G. V.; MIGUEL, L. A; ALMEIDA, J. **A sustentabilidade na produção fumageira: as contradições entre o econômico, o social e o ambiental.** (artigo científico). Disponível em: <<http://www.Eco.unicamp.br/projetos/rurbanos/zipados/moura.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

PAVIANI, A. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 22 (43-44): 368-374, 1992.

Profruta/RS apresenta balanço positivo ao completar um ano. **A Platéia**, Santana do Livramento, 03 set. 2004. Disponível em: < [http:// www. aplateia.com.br](http://www.aplateia.com.br) >. Acesso em: 10 out. 2005.

RAMBO, S.J.P.B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UNISINOS, 2000.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, A de L. **O processo de reorganização do espaço agrário no município de Rosário do Sul**. 2004. 61 f. Trabalho de Graduação (Geografia-Licenciatura)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p. (Geografia: Teoria e Realidade, Série "Linha de Frente")

SOUZA, M. A. de. "A explosão do território: falência da Região?" **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 22 (43-44): 393-398, 1992.

VIEIRA, E. F. **Rio Grande do Sul: Geografia Física e Vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

_____; RANGEL, S. S. **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

Fruticultura muda a paisagem da Metade Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 out. 2004. Disponível em: [http:// www. zerohora.com.br](http://www.zerohora.com.br)>. Acesso em: 20 out. 2005.